

Serrano já fala em "clube dos devedores"

Os países devedores já caminham no sentido de constituir um bloco para obter melhores condições de negociar suas dívidas, mas será preciso definir uma forma de encaminhar-se a criação de um "clube de devedores". Foi o que disse ontem na CPI que investiga as causas do endividamento do Brasil o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano.

Segundo o diretor do BC, já se nota internacionalmente uma aglutinação em torno de posições comuns entre os países em desenvolvimento que devem e estão em dificuldade de cumprir seus compromissos.

O diretor da Área Externa do BC defendeu, também, um processo de renegociação, por parte do Brasil, visando a conseguir prazo e carência maiores para o pagamento da dívida externa, a custos menores, ou seja, com taxas de juro e spread mais razoáveis. Argumentou que o programa definido pelo governo junto aos bancos, no ano passado, para vigora até dezembro de 1983, acabou antes do previsto. Agora, lembrou, já se tenta fechar um programa para cobrir 1984, mas o ideal será a garantia de prazo maior.

Serrano revelou que o volume de pagamentos do Brasil em atraso se eleva a US\$ 2,8 bilhões. Negou que o País já esteja vivendo num processo de moratória devido ao não-pagamento de compromissos e classificou de "atraso consentido" a forma como os banqueiros e organismos internacionais vêm tratando o caso brasileiro.

O Brasil, segundo Serrano, não está sendo considerado inadimplente porque tem procurado administrar seus atrasos, pagando seus compromissos a partir de uma ordem cronológica, apesar de com atraso.

Serrano negou que o Brasil tivesse pago comissões ao diretor do Morgan Guaranty e ex-vice-presidente do Comitê de Assessoramento da Dívida Brasileira, Anthony Gebauer, para que este conseguisse apoio dos bancos no sentido de concederem novos financiamentos ao País.

O diretor do BC revelou que o Brasil pagará US\$ 10,8 bilhões de juros, este ano, e que em dezembro a dívida brasileira, sem os juros, será de US\$ 91,9 bilhões, contra US\$ 69,6 bilhões registrados no final de 1982.

Enquanto isso, o deputado Farabulini Júnior (PTB-SP) dava conhecimento à Câmara de carta que estava enviando ao presidente Figueiredo, com a assinatura de outros 36 deputados — dois dos quais do PDS: Alberico Cordeiro e Tarcísio Burity — pedindo que ele assumisse diretamente, com o auxílio do ministro das Relações Exteriores, as negociações relacionadas com a dívida externa. Entende o parlamentar que essas negociações devem ser conduzidas "a nível de chefe de Estado, retirando-se delas o aspecto meramente econômico, para conferir-lhes caráter político".

Já o deputado Francisco Dias (PMDB-SP) leu, comentou e elogiou ontem, na Câmara, editorial recentemente publicado por O Estado de S. Paulo sob o título de "Um novo Plano Marshall". "Como se vê", disse, "já não são os políticos e economistas brasileiros os únicos a exporem os riscos da política econômica suicida que vem sendo praticada nas duas últimas décadas e que nos leva agora a situação humilhante perante os agentes do capitalismo internacional."